



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

08 março 24

Edição nº 247

Página 1 de 13

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	5
ADMINISTRAÇÃO Portarias	6
SAÚDE Audiência Pública.....	12
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo.....	12

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



GOVERNO | Leis Municipais

LEI Nº 2278 DE 07 DE MARÇO DE 2024.

Dispõe sobre a oficialização do PROCON Municipal de Jarinu, institui os procedimentos operacionais de que trata o art. 44 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica oficializada a criação do PROCON JARINU, vinculado à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, que integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 setembro de 1990, e Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Parágrafo Único. A oficialização a que esta lei menciona ratifica os atos praticados pelo PROCON municipal até a edição do presente ato normativo, nos termos do convênio firmado entre o Município de Jarinu com a Fundação de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON.

Art. 2º. A presente Lei dispõe sobre os procedimentos operacionais de registro, análise e encaminhamento das consultas e reclamações de consumo, bem como sobre sua catalogação, compilação e divulgação, pelo PROCON JARINU, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.078, de 1990, e o Decreto Federal nº 2.181, de 1997.

Art. 3º. As consultas de consumidores serão apresentadas oralmente, nos postos de atendimento pessoal ou itinerante, ou ainda, por outros canais de atendimento que venham a ser implementados pelo PROCON JARINU.

Art. 4º. As reclamações de consumo poderão ser instauradas, a pedido de consumidores, mediante atendimento presencial, pelo PROCON JARINU, aos moradores do Município de JARINU, ou por meio do e-mail institucional divulgado na página oficial da municipalidade.

§1º As reclamações apresentadas oralmente serão reduzidas a termo, ficando seu processamento sujeito à apresentação, pelo consumidor, dos documentos apontados como necessários pela equipe técnica de atendimento.

§2º Caso o PROCON JARINU venha a propiciar o registro de reclamações por outros meios, que não o atendimento presencial, caberá ao consumidor enviar a documentação necessária, conforme solicitado, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após essa solicitação, sob pena de arquivamento do pedido.

§3º As reclamações de moradores de outros Municípios poderão ser instauradas a critério do dirigente do PROCON, que considerará em especial a demanda já existente.

Art. 5º. As consultas e reclamações de consumo deverão conter a identificação completa do consumidor, identificação do fornecedor, histórico dos fatos, pedido ou resultado esperado, inclusive quando a matéria apresentar caráter sigiloso.

§1º Nos casos em que se fizer necessária a entrega de documentos pelo consumidor, visando à instauração de procedimento próprio, é vedado o recebimento de originais, salvo expressa autorização da Coordenação do PROCON.

§2º O consumidor poderá ser representado por procurador, mediante competente instrumento de mandato, que deverá ser apresentado no ato da formulação da consulta ou reclamação.

Art. 6º. Nos casos de iminência de prescrição ou decadência, falência, conduta reiterada do fornecedor em recusar conciliação ou atendimento às demandas dos consumidores, medidas judiciais de urgência, entre outros, para resguardar os direitos e interesses dos consumidores, o PROCON JARINU poderá determinar a suspensão do registro de reclamações ou o encerramento dos atendimentos que se encontrem em curso, orientando os consumidores quanto a melhor forma de procederem para o resguardo de seus direitos visando à solução da questão.

Parágrafo único. As providências de que trata o caput deste artigo não prejudicam a adoção de outras medidas cabíveis.

Art. 7º. Considera-se consulta o registro de pedido que, observados os requisitos dos artigos 3º e 5º desta Lei, objetive uma informação ou orientação a respeito de assuntos de interesse do consumidor, ainda que a matéria não seja relativa a relação de consumo.

§1º O atendimento prestado no caso do caput deste artigo constará do banco de dados do PROCON JARINU como "Consulta Fornecida".

§2º Mediante análise técnica do PROCON JARINU, e a seu critério, os casos apresentados a título de consulta poderão ser convertidos em reclamações, de ofício, ou a pedido do consumidor, ou, ainda, conduzir à emissão de Carta de Informações Preliminares – CIP, nos termos do artigo 9º desta Lei, posteriormente à orientação a ele fornecida.

Art. 8º. Considera-se reclamação o registro em que, observados os requisitos dos artigos 4º e 5º desta Lei, apresente-se notícia de lesão ou ameaça a direito do consumidor, nas relações de consumo.

§1º Acolhidas as reclamações, serão dados enquadramento e processamento segundo os comandos desta Lei.

§2º O pedido do consumidor, uma vez promovido o registro de atendimento como reclamação, e sem prejuízo de eventuais acordos a serem realizados, não mais será modificado, restando expressamente resguardada a possibilidade de pedidos alternativos.



Art. 9º. Preliminarmente à abertura de reclamação, o PROCON JARINU poderá, a seu critério, expedir Carta de Informações Preliminares – CIP ao fornecedor, contendo a síntese do relato e do pedido do consumidor.

§1º No prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Carta de Informações Preliminares – CIP, poderá o fornecedor, ao ofertar sua resposta:

I – prestar as informações demandadas e acolher integralmente o pedido do consumidor, solucionando a pendência;

II – prestar as informações demandadas e apresentar propostas de acordo;

III – negar atendimento à pretensão do consumidor, apresentando os fundamentos de fato e de direito que entenda úteis e bastantes à descaracterização da fundamentação do pedido e, por conseguinte, da oportunidade de instauração do procedimento administrativo.

§2º Nas hipóteses dos incisos I e II do § 1º deste artigo, caberá ao fornecedor fazer prova, perante o PROCON JARINU, do efetivo atendimento ao pedido do consumidor ou, ainda, do aceite deste à proposta alternativa por ele formulada, sem o que, proceder-se-á à análise do caso na forma do § 3º deste artigo.

§3º Na hipótese do inciso III do § 1º deste artigo, a critério do PROCON JARINU, que analisará a pertinência ou não da fundamentação de cada caso, considerando-se o disposto no § 5º do artigo 10 desta Lei, será dado um dos seguintes encaminhamentos:

I – encerramento e arquivamento do caso;

II – abertura de reclamação perante o PROCON JARINU;

III – orientação aos consumidores quanto a melhor forma de procederem para o resguardo de seus direitos e visando à solução da questão, sem abertura de reclamação perante o PROCON JARINU.

§4º A guarda da Carta de Informações Preliminares – CIP, nos casos dos incisos I e III do § 3º deste artigo, será feita pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, em arquivo físico, ou ainda, por outros meios eletrônicos de guarda que venham a ser implementados pelo PROCON JARINU.

§5º No caso do inciso II do § 3º deste artigo, a guarda da Reclamação será pelo período de 5 (cinco) anos, conforme § 3º do artigo 12 desta Lei.

Art. 10. O fornecedor demandado, nos casos não precedidos de emissão de Carta de Informações Preliminares – CIP, ou não solucionados naquele estágio, será cientificado da abertura de reclamação por meio de Notificação.

§1º A Notificação será expedida para o fornecedor:

I – apresentar, no prazo de 10 dias, manifestação conclusiva acerca da demanda, por escrito, em resposta que dê solução à questão, atendendo ao pedido nela formulado, ou que contenha os fundamentos de fato e de direito que entenda úteis e bastantes à descaracterização da fundamentação do pedido do consumidor e, por conseguinte, da oportunidade de instauração da reclamação;

II – comparecer à audiência conciliatória, juntamente com o consumidor demandante, perante o PROCON JARINU na data designada e informada na Notificação.

§2º Iniciado o prazo de que trata o § 1º deste artigo, abrir-se-á vistas dos autos à parte demandada, nos termos desta Lei.

§3º O PROCON JARINU poderá, a seu critério, operacionalizar outros meios de comunicação da abertura de reclamações, tais como e-mail, acesso via Internet mediante senha personalizada por fornecedor, ou outras modalidades de comunicação que venham a ser criadas ou implementadas para tal fim.

§4º A ausência de manifestação em resposta à Notificação, por parte do fornecedor, implica confissão deste quanto aos fatos alegados pelo consumidor demandante, e o sujeitará às sanções cabíveis, por desobediência, nos termos do § 4º do art. 55 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

§5º Para caracterização da reclamação fundamentada, apta a integrar o cadastro de que trata o art. 44 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, e art. 4º do Decreto Federal nº 2.181, de 1997, será analisada a notícia ou ameaça de lesão apresentada, quanto à verossimilhança das alegações e quanto ao nexo de causalidade entre os fatos narrados e a lesão ou ameaça de lesão neles apontados, não se exigindo, para tanto, a comprovação de sua efetiva ocorrência.

Art. 11. Encerrada a audiência conciliatória, quando houver, será lavrado:

I – Termo de Encerramento, quando as partes, sem justificativa, não comparecerem;

II – Termo de Comparecimento, quando estiver ausente apenas uma das partes, ou quando, ambas presentes, não houver acordo;

III – Termo de Acordo, com natureza de título executivo extrajudicial, passível de homologação pelo Poder Judiciário, quando ocorrer composição entre as partes.

Parágrafo único. Havendo indícios de infração às normas de defesa do consumidor, a reclamação poderá, ainda, deflagrar a abertura de procedimento sancionatório.

Art. 12. Finda a instrução, as reclamações receberão manifestação técnica conclusiva, no âmbito do PROCON JARINU, obedecendo-se à seguinte codificação:

I – Reclamação Fundamentada Atendida;



II – Reclamação Fundamentada Não Atendida;

III – Reclamação Encerrada;

IV – Reclamação Não Fundamentada;

V – Consulta Fornecida.

§1º A classificação da reclamação como fundamentada, ou não, observará ao disposto no § 5º do artigo 10 desta Lei.

§2º No caso de dois ou mais pedidos cumulativos, ou, na hipótese de caracterização de responsabilidade de mais de um fornecedor pelos eventos de que trate o caso, um mesmo procedimento poderá reunir todas as partes envolvidas, gerando, por conseguinte, mais de um registro no cadastro de que trata o artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, e do artigo 4º do Decreto Federal nº 2.181, de 1997.

§3º A guarda da Reclamação será feita pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data de expedição em arquivo físico ou ainda, por outros meios eletrônicos de guarda que venham a ser implementados pelo PROCON JARINU.

Art. 13. Será encerrado o procedimento administrativo quando se verificar:

I – a desistência do consumidor;

II – o não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado, desde que não haja notícia nos autos de que essa ausência seja decorrente de composição prévia entre as partes, em contato direto, sem intermediação do PROCON JARINU;

III – ausência de elementos formais que autorizem sua continuidade;

IV – incorreção nos dados de abertura do procedimento;

V – abertura de casos em duplicidade;

VI – registro de caso cuja natureza não permita acolhimento do pedido pelo PROCON, segundo Orientações Técnicas editadas pela Coordenação do PROCON JARINU.

Art. 14. O Coordenador do PROCON JARINU proferirá decisão final, determinando, nos casos em que se esteja diante de reclamações fundamentadas, atendidas ou não, sua devida inscrição no cadastro de que trata o artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, e do artigo 4º do Decreto Federal nº 2.181, de 1997.

§1º É de 15 (quinze) dias o prazo aberto às partes para interposição de recurso em face de essa decisão, a partir da publicação do ato ou de seu conhecimento inequívoco, na Imprensa Oficial do Município, nos termos desta Lei.

§2º O recurso de que trata o § 1º deste artigo, que deverá ser endereçado ao Procon Jarinu, desde que tempestivamente interposto, será recebido com efeito suspensivo e processado

nos termos desta Lei.

§3º A contar da data de publicação da decisão proferida quanto ao recurso, na Imprensa Oficial do Município, será concedido às partes prazo de 15 (quinze) dias para vistas dos autos e, findo esse prazo, estes serão arquivados.

Art. 15. Considera-se Arquivo de Consumo o conjunto das consultas, reclamações e denúncias registradas pelo PROCON JARINU.

§1º O acesso ao arquivo de que trata o caput deste artigo será franqueado ao público em geral e obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e poderá ser operacionalizado por formas diversas, tais como consultas telefônicas, por e-mail, fac-símile ou por quaisquer outros meios pertinentes, a critério do PROCON JARINU.

§2º O pedido de informações poderá ser feito por qualquer pessoa e deverá ser realizado por escrito, com identificação do requerente, identificando seu nome completo, RG e CPF.

§3º O pedido de informações poderá ser realizado, mediante protocolo na sede do PROCON JARINU, no horário de atendimento.

§4º O prazo para atendimento ao pedido de informação é de 10 (dez) dias.

§5º A informação solicitada deverá ser retirada na sede do PROCON JARINU.

§6º As informações a serem prestadas, nos termos deste artigo, versarão sobre apontamentos e registros objetivos do Arquivo de Consumo, sem a realização de qualquer juízo de valor sobre as práticas ou condutas comerciais dos fornecedores nele catalogados.

§7º O Arquivo de Consumo não se confunde com o Cadastro de Reclamações Fundamentadas, previsto pelo artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, ainda que este último integre os registros do primeiro.

Art. 16. Os consumidores, fornecedores e seus procuradores regularmente constituídos poderão requerer, mediante solicitação por escrito, cópias das consultas e reclamações das quais forem parte.

Art. 17. O pedido de vistas dos autos, nos termos da legislação vigente, somente será deferido se em termos o procedimento, ou posteriormente à conclusão da reclamação, resguardando-se, assim, o interesse do consumidor, bem como a celeridade do procedimento.

§1º Somente os atendimentos registrados como CIP ou Reclamação ensejarão vistas, dado que somente estes são objeto de guarda física em arquivo próprio.

§2º Durante a instrução será concedida vista dos autos ao interessado, mediante simples solicitação, na sede do PROCON JARINU.



Art. 18. As intimações relativas aos procedimentos tratadas nesta Lei serão publicadas na Imprensa Oficial do Município.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 07 de março de 2024

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

DANIELA TARDELLI DE OLIVEIRA ORLATO
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

LEI Nº 2279 DE 07 DE MARÇO DE 2024.

Institui a Semana Municipal do Consumidor em Jarinu e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituída a “Semana Municipal do Consumidor” no âmbito Município de Jarinu, a qual passará a constar no calendário oficial do Município.

Art. 2º. A Semana Municipal do Consumidor transcorrerá anualmente durante a semana de março correspondente ao dia 15 do mês, Dia Nacional do Consumidor.

Art. 3º. Constitui objetivos principais da Semana Municipal do Consumidor;

I – Divulgar as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor e da legislação inerente;

II – Promover educação para o consumo;

III – Esclarecer sobre o consumo responsável;

IV - Conscientizar o cidadão sobre seus direitos nestas relações;

V - Criar eventos para debater os problemas sociais ligados ao consumo;

VI - Divulgar os trabalhos em prol do consumidor;

Art. 4º O PROCON de Jarinu preferencialmente em conjunto com a sociedade civil, poderá promover na data prevista no Art. 2º, palestras, seminários, debates e campanhas destinadas a atingir os objetivos propostos no Art. 3º.

Art. 5º. A coordenação e organização da Semana Municipal do Consumidor serão de responsabilidade da Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) de Jarinu.

Art. 6º. A Semana Municipal do Consumidor será divulgada amplamente através dos meios de comunicação do município, bem como nas redes sociais e canais oficiais do

Município de Jarinu.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer parcerias com entidades, órgãos públicos, empresas e instituições de ensino público ou privado para a realização das atividades propostas durante a Semana do Consumidor.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jarinu, 07 de março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

DANIELA TARDELLI DE OLIVEIRA ORLATO
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 045/2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de pesquisa e leitura eletrônica diária, envio de recortes via e-mail de todo o Brasil, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assuntos jurídicos, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 11/03/2024

PRAZO FINAL : 13/03/2024

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br

FABIO MARIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 056/2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à Aquisição de ESTRUTURA METÁLICA (telha, parafusos e metalão) para cobertura do Pet Container, a fim de manter a conservação dos containers e dos equipamentos contidos no Núcleo de Bem Estar Animal de Cães e Gatos, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, além de proporcionar um ambiente mais salubre e livre de agentes patogênicos, prezando o bem estar dos profissionais que trabalham no local, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.



TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 11/03/2024

PRAZO FINAL : 13/03/2024

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br

FABIO MARIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Portarias

PORTARIA Nº 12.668, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“CONCEDE LICENÇA SEM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DEMAIS DIREITOS A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARIZA MIRANDA PARA EXERCER FUNÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL NO PERÍODO DE 01/03/2024 a 31/12/2024.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - C O N C E D E R, a Sra. MARIZA MIRANDA portadora da Cédula de Identidade RG. 16.222.548-9-SSP/SP, CPF. 060.708.138-47 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 091270 Série 107-SP, LICENÇA SEM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DEMAIS DIREITOS PARA EXERCER FUNÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL no período de 01/03/2024 a 31/12/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração Geral

PORTARIA Nº 12.669, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO O SR. VINICIUS DE AZEVEDO DOS SANTOS, DO EMPREGO PÚBLICO DE MÉDICO PSIQUIATRA 16 HORAS, REFERÊNCIA 28.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o Sr. VINICIUS DE AZEVEDO DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG. 63.795.079-3-SSP/SP, CPF. 008.378.845-00 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 050512 Série 404-SP, do emprego público de MÉDICO PSIQUIATRA 16 HORAS, referência 28.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.670, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO a Sra. MÁRCIA SARAIVA SILVA, do emprego público de COZINHEIRO, REFERÊNCIA 03.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO a Sra. MÁRCIA SARAIVA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 20.527.571-0-SSP/SP, CPF. 127.378.328-02 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 46201 Série 0084-SP, do emprego público de COZINHEIRO, referência 03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.671, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA POR APOSENTADORIA a Sra. MARLY EMILIA



LONGO PASCHOALINI do emprego público de COZINHEIRO, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA a Sra. MARLY EMILIA LONGO PASCHOALINI, portadora da Cédula de Identidade RG. 19.112.498-9 SSP/SP, CPF. 068.585.008-04 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 70638 Série 413-SP, do emprego público de COZINHEIRO, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.672, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA POR APOSENTADORIA o Sr. JOSÉ CARLOS ZACHELLO do emprego público de FUNILEIRO, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA o Sr. JOSÉ CARLOS ZACHELLO, portador da Cédula de Identidade RG. 19.137.435 SSP/SP, CPF. 722.215.428-00 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 51461 Série 0417-SP, do emprego público de FUNILEIRO, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.673, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. INÊS MARIA DA SILVA, APROVADA EM 26º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A Sra. INÊS MARIA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 45.171.231-6-SSP/SP, CPF. 332.363.348-27 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 30174 Série 261-SP, aprovado em 26º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.674, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. NAIANY CHRISTIAN DE ASSIS BENZATTI, APROVADA EM 80º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:



- Art. 1º - N O M E A R a Sra. NAIANY CHRISTIAN DE ASSIS BENZATTI, portadora da Cédula de Identidade RG. 36.506.746-5-SSP/SP, CPF. 394.513.038-71 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 07314 Série 419-SP, aprovado em 80º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.675, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. DAYSE HELENA MACEDO DE OLIVEIRA, APROVADA EM 81º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. DAYSE HELENA MACEDO DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG. 41.354.658-5-SSP/SP, CPF. 350.676.768-25 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 99896 Série 251-SP, aprovado em 81º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.676, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. LÚCIA PIRES MENDES, APROVADA EM 39º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. LÚCIA PIRES MENDES, portadora da Cédula de Identidade RG. 43.290.847-X-SSP/SP, CPF. 358.858.888-41 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 97918 Série 246-SP, aprovado em 39º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.677, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. CÁTIA REGINA NERING TAVARES, APROVADA EM 40º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. CÁTIA REGINA NERING TAVARES, portadora da Cédula de Identidade RG. 28.026.429-X-SSP/SP, CPF. 180.650.758-78 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 92748 Série 126-SP, aprovado em 39º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I, contratado pelo prazo de 180 dias.



- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.678, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. LUCIANA DA SILVA BIONDI, APROVADA EM 85º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. LUCIANA DA SILVA BIONDI, portadora da Cédula de Identidade RG. 22.529.464-3-SSP/SP, CPF. 119.317.788-09 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 032407 Série 0032-SP, aprovado em 85º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.679, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. FABIA NERI SILVA, APROVADA EM 86º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas

atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. FABIA NERI SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 41.727.704-0-SSP/SP, CPF. 363.564.548-65 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 39319 Série 00281-SP, aprovado em 86º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.680, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. FLANALBA MISHELL DE MEDEIROS CHAVES, APROVADA EM 84º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. FLANALBA MISHELL DE MEDEIROS CHAVES, portadora da Cédula de Identidade RG. 63.394.169-4-SSP/SP, CPF. 071.450.134-44 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 55373 Série 00318-SP, aprovado em 84º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.



FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.681, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

“NOMEIA O SR. MARCOS APARECIDO ARAUJO PEREIRA, APROVADO EM 17º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 - EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – INGLÊS.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R o Sr. MARCOS APARECIDO ARAUJO PEREIRA, portador da Cédula de Identidade RG. 54.063.783-X-SSP/SP, CPF. 064.901.754-44 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 68384 Série 00023-AL, aprovado em 17º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – INGLÊS, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.682, DE 04 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO a Sra. ESTER GODOI DOS SANTOS, do emprego público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, REFERÊNCIA 08.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO a Sra. ESTER GODOI DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG. 54.474.498-6-SSP/SP, CPF. 477.510.208-73 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 54089 Série 389-SP, do emprego público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, referência 08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.683, DE 04 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO A SRA. FLAVIA MARIANO BARBOSA DO EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - E X O N E R A a pedido a Sra. FLAVIA MARIANO BARBOSA, portadora da Cédula de Identidade RG. 32.212.952-7-SSP/SP, CPF. 289.835.158-05 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 065436 Série 00215-SP, do Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.684, DE 04 DE MARÇO DE 2024.

“REVOGA A PORTARIA Nº 11.472 DE 01/12/2021 da servidora municipal Sra. DANIELA EFFGEN SONETI LORENCINI, retornando para o emprego público de origem de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - R E V O G A R a Portaria nº 11.472 de 01/12/2021 da



servidora municipal Sra. DANIELA EFFGEN SONETI LORENCINI portadora da Cédula de Identidade RG. 30.876.811-5 - SSP/SP, CPF. 276.742.248-30 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 70150 Série 176-SP, retornando para o emprego público de origem de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.685, DE 04 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO O SR. JÚLIO CÉSAR PINTO TEIXEIRA, DO EMPREGO PÚBLICO DE MÉDICO PEDIATRA SOCORRISTA 12 HORAS, REFERÊNCIA 32.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o Sr. JÚLIO CÉSAR PINTO TEIXEIRA, portador da Cédula de Identidade RG. 18.847.925-9-SSP/SP, CPF. 715.450.266-53 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 22646 Série 0172-SP, do emprego público de MÉDICO PEDIATRA SOCORRISTA 12 HORAS, referência 32.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.686, DE 06 DE MARÇO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO A SRA. BRUNA STEFANY KOSASKE, DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO

INFANTIL, REFERÊNCIA 07.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - E X O N E R A a pedido, a Sra. BRUNA STEFANY KOSASKE, portadora da Cédula de Identidade RG. 48.914.889-X-SSP/SP, CPF. 446.106.278-68 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 94262 Série 351-SP, do Emprego Público de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, Referência 07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 06 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.687, DE 07 DE MARÇO DE 2024.

“DESIGNA a Sra. GISELLE CAVALCANTI DOS SANTOS para exercer a Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE BUCAL na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - D E S I G N A a Sra. GISELLE CAVALCANTI DOS SANTOS portadora da Cédula de Identidade RG. 28.924.598-9-SSP/SP, CPF. 175.807.828-63 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 88412 Série 0215-SP, para exercer a Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE BUCAL na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 07 de Março de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.



FÁBIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

SAÚDE | Audiência Pública

Apresentação da Audiência Pública conforme o Art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, correspondente ao 3º Quadrimestre de 2023, dia 14 de março de 2024 às 18:00 horas, na Câmara Municipal de Jarinu, Rua Antonio de Aguiar Peçanha, 200 – Jardim da Saúde.

A Prefeitura Municipal de Jarinu-SP, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem informar a população em geral, as sociedades de bairros, demais organizações não governamentais, clubes de serviços, entidades religiosas e quaisquer segmentos representativos da população, a apresentação dos relatórios do 3º Quadrimestre de 2023, em cumprimento às determinações impostas pela Lei Complementar nº 141/2012.

Ainda em cumprimento às determinações impostas pela Lei Complementar nº 141/2012, a Audiência Pública para apresentação dos relatórios do 3º Quadrimestre de 2023 será apresentada aos Vereadores e transmitida via internet para o público em geral no Youtube da Câmara Municipal de Jarinu. Após a transmissão o conteúdo da audiência ficará disponível no portal da transparência na página da Prefeitura Municipal de Jarinu, seguinte endereço:

<http://jarinu.sp.gov.br/audiencia-publica/audiencia-quadrimestral/>

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU

A Câmara Municipal de Jarinu, por intermédio de sua Presidente e em cumprimento ao Artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os interessados que as Contas Municipais referentes ao exercício de 2021 do Poder Executivo (Processo TCE-SP – eTC-6846.989.20-0) estão disponíveis para consulta pública. Os documentos podem ser acessados tanto em formato físico quanto digital, nas dependências da Câmara Municipal, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Esta iniciativa assegura a transparência administrativa e permite que qualquer contribuinte examine e avalie as contas apresentadas, tendo ainda a possibilidade de questionar sua legitimidade, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Registrado e publicado no diário oficial.

Jarinu, 06 de março de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU - EDITAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU, Estado de São Paulo, Sra. Simone Gerez de Moura invocando os princípios da transparência e publicidade que regem a administração pública, noticia a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 26 de março de 2024 às 18 horas, no plenário da Câmara Municipal de Jarinu.

A audiência se dá em razão do programa legislativo “Jarinu em Foco: Diálogos Comunitários” com tema Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola, visando o desenvolvimento de políticas públicas em conjunto com a população.

Dessa forma é realizado o chamamento público, a todos quanto interessarem, para participarem desta audiência.

Registrado e publicado no diário oficial.

Jarinu – Estado de São Paulo, 07 de março de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU

Dispensa de Licitação

Contratante : Câmara Municipal de Jarinu

Contratada : Auto Posto 72 de Jarinu LTDA – CNPJ nº 32.020.080/0001-33

Objeto : “Aquisição de combustíveis”



Autorização da dispensa: 19/01/2024

Valor global estimado: R\$ 11.180,00 (onze mil cento e oitenta reais)

Simone Gerez de Moura
Presidente

PORTARIA Nº 07, de 07 de março de 2024.

“Organiza a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Jarinu.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo artigo 29 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - A estrutura administrativa da Câmara Municipal de Jarinu está organizada da seguinte maneira:

A. Gabinete da Presidência

Assessoria de Planejamento e Organização

01 Cargo em comissão de Assessor-Chefe de Gabinete da Presidência

01 Cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Organização

Diretoria Administrativa da Câmara

01 Função de confiança de Diretor Administrativo

B. Gabinete da 1ª Secretaria

Secretaria da Câmara

01 Cargo em comissão de Assessor-Chefe de Gabinete da Secretaria

03 Cargos efetivos de Agente Administrativo

02 Cargos efetivos de Auxiliar Administrativo

02 Cargos efetivos de Auxiliar de Serviços Gerais

02 Cargos efetivos de Contador

02 Cargos efetivos de Motorista

C. Gabinete de Liderança de Representação Partidária ou bloco Parlamentar

D. Gabinete de Vereador

Chefia de Gabinete Parlamentar

11 Cargos em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar

E. Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Jarinu

02 Cargos efetivos de Advogado

F. Controladoria Geral da Câmara Municipal

01 Cargo efetivo de Controlador Interno

Artigo 2º - O anexo I é parte integrante dessa portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrado e Publicado no Diário Oficial do Município de Jarinu

Câmara Municipal de Jarinu, em 07 de março de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente

Anexo I - Organograma

